

Homens

Há homens tão miseráveis que entesouram como se fossem eternos; e homens tão perdulários que esbanjam como se tivessem de morrer horas depois. — ARISTÓTELES.

A Voz de

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXVI

2-3-1978

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 664

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barral

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

DOIS HOMENS — Duas Pátrias

Por F. REBELLO

Terra de contrastes, viveu recentemente o Algarve um fim de semana politicamente desconcertante. Aconteceu que, pela primeira vez, um político confessadamente de direita fazia a apresentação da sua proposta enquanto que, poucas horas depois, um político de parte nenhuma se desempenhava de uma incumbência que ocultava mas facilmente identificáveis forças lhe propunham.

Curiosamente, ambos generais, ambos prestigiados como militares, simplesmente divergentes naquilo que melhor caracteriza um homem — a sua posição face à sociedade em que

se insere — a sua atitude política. No sábado, dia 18, o Senhor Kaulza de Arriaga apresentava aos algarvios as linhas programáticas do seu movimento, denominado Movimento Independente de Reconstrução Nacional, no domingo, dia 19, o senhor Francisco Gomes apresentava a alguns algarvios as linhas com que a União Soviética tece a trama que vai enredando alguns ingénuos por esse

(continua na pág. 3)

O louletano Dr. Romero de Magalhães é o novo Secretário de Estado do Orçamento Pedagógico

Entre os vários secretários e sub-secretários que foram guindados a sobraçar funções oficiais no II Governo Constitucional, está incluído o nosso conterrâneo Dr. Joaquim A. Romero de Magalhães, que no MEIC ocupa o lugar de Secretário de Estado do Orçamento Pedagógico e transitou do I Governo Constitucional.

O «Expresso» deu do Dr. Joaquim Magalhães as seguintes notas biográficas:

«Nasceu em Loulé, em 1942. É licenciado em História pela Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra.

Em 62 e 63, preside à direcção do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, onde foi considerado unanimemente um bom dirigente.

Em 63 e 64 foi presidente da Associação Académica de Coimbra.

No Liceu Normal do Porto, ocupou funções de assistente pedagógico e metodológico, as quais teria de abandonar para ingressar na Faculdade de Economia da Universidade

(continua na pág. 3)

NOVOS RUMOS para o Turismo algarvio

Após ter experimentado uma tremenda crise propositada e firmemente provocada pelos revolucionários que gozaram com este pobre país durante o destemperado reinado em que fomos des-governados por Vasco (o louco), parece que, finalmente, o turismo algarvio vai dando agora os primeiros passos para se equilibrar da tremenda queda em que ficou de pernas partidas e cérebro des-controlado.

Se quisermos aceitar que o turismo tivesse contribuído para a perda de algumas boas tradições do povo português, também temos de concordar que o 25 de Abril afastou os turistas estrangeiros e provocou uma autêntica e explosiva substituição do povo português, pois nunca dantes se tinha visto tanta pouca vergonha...

Agora, que realmente nos interessa é aproveitar aquilo que o turismo tem de bom e de saudável

(continua na pág. 6)

AFINAL PRECISAMOS OU NÃO PRECISAMOS DE DIVISAS?

Um dos nossos assinantes, o sr. José de Sousa Gomes, recebeu da Alemanha um postal-cheque, correspondente ao valor de 13 500\$00 em moeda portuguesa, como adiantamento do aluguer de um apartamento, destinado a um cidadão alemão que pretende passar férias na Praia da Oura, no Algarve.

Na posse desse documento e uma vez preenchidas as formalidades exigidas na ocasião, o nosso referido assinante depositou-o na agência do Banco Português do Atlântico, em Loulé, a 31 de Janeiro último.

Volidos uns vinte dias, o postal-cheque foi-lhe devolvido sob a

(continua na pág. 6)

MORREU VITORINO NEMÉSIO

— ESTÁ DE LUTO A CULTURA PORTUGUESA

(VER PÁGINA 4)

É OLHANENSE

o Ministro da Agricultura e Pescas

É natural de Olhão, onde nasceu em 1924, o novo Ministro da Agricultura e Pescas, Dr. Luís Saias, que agora faz parte do II Governo Constitucional.

Depois de ter frequentado o Liceu de Faro e daí ter transitado para a Universidade de Lisboa, onde colou Direito em 1948, o Dr. Luís Saias exerceu advocacia na capital do País, ocupação esta que acompanhou com a actividade empresarial ligada à indústria da pesca, a que a sua família se devota desde gerações.

Publicou diversos trabalhos nos quais aprofunda os problemas daquela indústria, alcançando com eles merecida notoriedade.

A entrega da pasta da Agricultura e Pescas, ao Dr. Luís Saias, fica a dever-se à experiência acumulada no campo da pesca.

Ao Dr. Luís Saias, apresentamos as nossas saudações e felicitações pelo espinhoso cargo que foi chamado a desempenhar.

TAMBÉM É ALGARVIO

o Secretário de Estado do Tesouro

Na sua nota biográfica o jornal «Expresso», refere o seguinte, em relação ao Dr. Henrique Santos Estrela:

«Natural de Faro, casado, 32 anos, licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras), em 1967.

Toda a sua actividade profissional se tem desenvolvido na Banca, primeiro como técnico economista, seguidamente em funções directivas.

Era membro da Comissão Administrativa do Banco Pinto e Sotto Mayor quando foi chamado a desempenhar cargo de secretário de Estado do Tesouro.

Membro do PS, aí tem desenvolvido actividades ligadas ao núcleo da Economia. Assim deu o seu contributo para a elaboração da política económica do PS nomeadamente no que diz respeito ao programa daquele partido, aprovado em Congresso, em 1977.

MUITO TARDA A CRIAÇÃO da Universidade do Algarve!

Há quantos anos aspira o Algarve a ter a sua Universidade?

Certamente, não terão conta, dada a antiguidade a que remonta esse legítimo desiderato.

São incontáveis de facto os anos de expectativa, mas a conjuntura respectiva não se confina até esses limites e é bem mais contingente e problemática: é que nem se sabe ainda quando ela se converterá em realidade palpável e efectiva e, portanto, por

quanto tempo perdurará este enorme compasso de exaustiva espera.

Agora volta à baila o assunto «Universidade» e sabe-se que, graças ao empenho do grupo parlamentar do PSD e ao projecto de lei por ele apresentado em Março de 1977 à Assembleia da República, respeitante à criação do Instituto Universitário do Algarve, este deverá trepar, depois de apreciado por elementos da Comissão de Educação e Investigação Científica, ao plenário daquele órgão de soberania, onde, evidentemente poderá ou não merecer aprovação.

Por ora e até ver, pesa sobre este assunto uma série de incógnitas e implicações não excluídas, até, das de ordem política e partidária...

A nós, interessa-nos objectivamente a carência em si, o grave e momentoso problema da inexistência do ensino superior, no Algarve, destituído da sobrecarga

suplementar das conotações ideológicas, que só tenderão a travar a marcha de uma solução categorica e de há muito ambicionada.

Agora, é indubitável que estão catapultados e equacionados os dados com visos à sua con-

(continua na pág. 6)

DIRECTOR DA REGIÃO AGRÍCOLA DO ALGARVE

Foi nomeado para director da Região Agrícola do Algarve, com sede em Faro, o eng. José Alberto Guerreiro dos Santos.

Esta província constitui uma das sete regiões agrárias em que o país foi repartido, no cumprimento da medidas instauradas pelo Ministério de Agricultura e Pescas.

Apreciação e crítica ao Projecto-Lei da Caça

Pela Secretaria de Estado das Florestas foi editado, em apêndice, o

«Projecto de Lei da Caça e Sua Justificação», que está à disposição dos caçadores e outros interessados, para efeitos de apreciação, críticas e sugestões que entendam convenientes apresentar a quem de direito.

Após a preliminar análise, a que o projecto está sujeito, transitará este oportunamente, para a Assembleia da República.

«A Voz de Loulé», a fim de proporcionar maior divulgação do respectivo teor, passa a inserir o mesmo

(continua na pág. 4)

BILHETES DE IDENTIDADE DE ESTUDANTES

(Portaria de 24 de Janeiro)

«Desde há muito que os Serviços de Identificação do Ministério da Justiça, vêm registando um afluxo excepcional de público no mês de Julho, em boa parte determinado pelos pedidos de bilhete de identidade

(continua na pág. 3)

«PORTUGAL, PAÍS AGRÍCOLA, MAS DE AGRICULTURA POBRE, NECESSITA QUE TUDO SE FAÇA PARA ACABAR COM OS TERRENOS INCULTOS E AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DA TERRA».

Eng. Saraiva e Sousa

MORTE FULMINANTE QUANDO JOGAVA HÓQUEI EM LOULÉ

Desde muito jovem que Helder Vieira de Sousa era grande apaixonado pela prática de hóquei em patins.

Durante muitos anos foi um dos mais brilhantes jogadores do clube da sua terra — o Imortal de Albufeira.

Depois passou a dirigente para continuar trabalhando pelo hóquei e ensinar os mais jovens na prática duma modalidade desportiva que era a sua paixão.

De vez em quando continuava jogando e, no passado domingo, dia 19, o Imortal Desportivo Clube deslocou-se a Loulé para enfrentar o Campinense.

Helder Vieira de Sousa jogou a 1.ª parte do encontro e pediu para ser substituído 10 minutos depois do início da 2.ª parte.

Entretanto caiu inanimado no campo e teve morte instantânea — fulminado por doença súbita que teve origem no coração.

Como facilmente se imagina, o acontecimento causou profunda consternação a quantos assistiram ao encontro de hóquei e pode dizer-se que toda a população de Albufeira recebeu com sentida mágoa a triste notícia da morte de um seu conterrâneo que à causa de desporto dedicou grande parte da sua vida.

Não admira, por isso, que o seu funeral tivesse constituído uma invulgar manifestação de pesar tendo sido considerado o maior funeral até agora realizado em Albufeira.

O nosso saudoso amigo Helder Vieira de Sousa tinha apenas 42 anos de idade. Era solteiro e filho do nosso prezado amigo sr. Daniel Justino de Sousa, antigo comerciante em Albufeira e hoje proprietário

e da sr.ª D. Angélica do Carmo Vieira de Sousa (falecida) e irmão do nosso velho amigo Vítor Miguel Vieira de Sousa, conceituado comerciante em Albufeira, casado com a sr.ª D. Clementina Vieira de Sousa.

Helder Vieira de Sousa era proprietário do restaurante «A Travessa» e recentemente constituiu a firma Alves, Sousa & Bila, Lda. de que era sócio gerente.

Em preito de sentida homenagem a um colega, os comerciantes de Albufeira encerraram as suas portas durante o funeral, associando-se assim aos sentimentos de quantos sentiram a mágoa pela inesperada morte de um albufeirense que disfrutava da amizade e simpatia de quantos o conheceram.

À desolada família enlutada apresentamos a expressão do nosso mais sentido pesar.

Detenção por distúrbios e agressão a elemento da PSP

No passado dia 6 a PSP de Tavira deteve Fernando dos Santos Colação, nascido a 5-4-37, solteiro, pedreiro, natural e residente no sítio da Campina — Luz de Tavira, e Idalécio Martins Rodrigues, nascido a 26-4-52, casado, mecânico, natural e residente no Sítio do Monte Agudo — Santo Estêvão — Tavira, por prática de distúrbios na taberna do sr. José da Fonseca, no sítio de São Pedro — Tavira, e agressão a um dos agentes da PSP praticado pelo Idalécio, que, a pedido do dono da taberna, se haviam deslocado ao local.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-98, de fls. 121, v.º, a 123, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual José Guerreiro Frade e mulher, Teresa de Sousa, residentes no sítio do Monte João Preto, freguesia de

Boliqueime, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Urbano, constituído por uma morada de casas térreas, com dois compartimentos para habitação e uma dependência, situado no Monte João Preto, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, confrontando do norte, com José de Sousa, do sul com Gertrudes Guerreiro, do nascente com José Gonçalves Vitória e do poente com Manuel Gonçalves, omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, conforme se infere duma certidão lá passada no dia 3 do mês corrente, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número trezentos e quarenta e quatro, com o valor matricial de mil e sessenta escudos, e a que atribuem o de dez mil escudos;

Que é titular da referida inscrição matricial, Manuel

Miguel, que foi residente no aludido Monte João Preto, de quem eles justificantes o adquiriram; — com efeito,

Em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta e quatro, procederam com os demais herdeiros e interessados, à partilha — meramente verbal e nunca reduzida a escritura pública — dos bens das heranças abertas por óbito do referido Manuel Miguel, e mulher, Maria de Sousa, que foram casados segundo o regime da comunhão geral de bens e residiram no aludido Monte Preto — pais dela justificante mulher — tendo-lhes sido adjudicado e ficado a pertencer, em pagamento do quinhão hereditário dela justificante mulher, o prédio supra descrito e confrontado; e — sendo também certo,

— Que desde a referida data, portanto há mais de trinta anos, sempre eles justificantes têm vindo a possuir o prédio supra descrito, em nome próprio, e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião.

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Fevereiro de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

«AQUÁRIA» nova revista mensal de divulgação da vida aquática

Com excelente aspecto gráfico e impresso a «offset», foi lançada recentemente a revista mensal «Aquária», que veio preencher uma lacuna existente, até à sua aparição, no mercado português divulgador da especialidade, confinado antes a publicações estrangeiras.

«Aquária», vem corresponder de imediato às exigências dos «apassionados» por aquarismo, que encontram nas páginas de esmerada composição a cores, desta atraente revista, tanto desenvolvimentos vários e matérias de grande interesse, como conselhos e elucidacões pertinentes à fauna e flora da água doce e salgada.

Na próxima edição, a n.º 3, a «Aquária», propõe-se, entre outros, apresentar «um estudo sério, de modo a pôr ao alcance do amador as mais importantes conquistas do mundo da oceanografia».

Eis uma revista que recomendamos aos jovens e adultos leitores, sejam eles simples amadores ou meros interessados em devesar as curiosas vidas dos peixes e alargar, portanto, o somatório dos seus conhecimentos.

A «Aquária», é vendida em Loulé, pela firma Francisco Farrajota & Filhos.

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA COOPAMEIXIAL, S. C. R. L.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

CERTIFICADO:

Que por instrumento público outorgado no dia 27 de Janeiro findo, no Cartório acima referido, foi constituída uma sociedade cooperativa operária de produção, sob a forma de cooperativa anónima de responsabilidade limitada, com a denominação de «Cooperativa Agro-Pecuária Coopameixial, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada», com sede na freguesia do Ameixial, concelho de Loulé, podendo criar filiais ou núcleos onde forem julgados necessários, cujo objecto é estimular, criar e desenvolver todo o

tipo de actividade nos ramos de produção, comércio e serviços agrícolas, que durará por tempo indeterminado, com o capital social mínimo de 1 000\$00, já realizado em dinheiro, representado por acções nominativas de 100\$00, sendo o número de acções que cada sócio poderá subscrever, fixado em Regulamento Interno, sendo os seus sócios agricultores, admitidos pela Direcção da Cooperativa, podendo recorrer-se desta decisão para a Assembleia Geral, os quais se podem exonerar da sociedade mediante prévia participação escrita, feita também à Direcção e com a antecedência mínima de sessenta dias.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 22 de Fevereiro de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

westaflex (PORTUGAL)

FÁBRICA DE TUBOS FLEXÍVEIS — S.A.R.L.

Estrada Nacional, 247-5, ao Km 8,2 — Telef. 241 01 00
Várzea de Manique — CASCAIS

Comunica aos seus Ex.ºs Clientes que entrou em
funcionamento a sua Delegação no Algarve a cargo do sr.

Manuel Filipe Laginha

Av. José da Costa Mealha — LOULÉ

OLHE O PERIGO DE FRENTE!



Armelim Contreiras & Gonçalves, Lda.

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, n.º 14-1.º Esq.º
Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima
LOULÉ

DOIS HOMENS — Duas Pátrias

(continuação da pág. 1)

mundo fora e que se intitula Comissão para a Paz e Cooperação.

Ambos generais, ambos políticos, algumas notórias singularidades os separam. O Senhor Kaulza de Arriaga defendeu o Portugal que herdámos e foi preso. O senhor Francisco Gomes desempenhava a mais altas funções quando Portugal foi destruído e não foi preso. O Senhor Kaulza de Arriaga saiu da prisão nobilitado e é respeitado. O senhor Francisco Gomes nunca foi preso e é publicamente enxovalhado. No seu fim de semana algarvio, o Senhor Kaulza de Arriaga apresentou-se aos seus auditores como portador de uma mensagem de profunda preocupação pelas consequências da gravíssima situação portuguesa, enquanto o senhor Francisco Gomes se apresentou ao seleccionado grupo que o escutou arvorando a bandeira de uma causa que, perante as angustiantes ameaças que amarguram os portugueses, assume a configuração de mero expediente de diversão.

Inquieta-se o Senhor Kaulza de Arriaga com as sombrias perspectivas que se oferecem à Nação Portuguesa. Inquieta-se o senhor Francisco Gomes perante a indiferença de uma potência ocidental face à palavra de ordem da União Soviética — Armamento só deve haver um: o nosso e mais nenhum!

Enquanto se afadiga o Senhor Kaulza de Arriaga em alertar os portugueses para a indispensabilidade de um projecto nacional que possibilite a triagem dos cobardes, dos corajosos, dos leais dos traidores, da virtude do vício, trema o senhor Francisco Gomes perturbado com a terrível ameaça que a nós, portugueses, faz perder horas de sono e esquecer, por mesquinhas, as pueris inquietações decorrentes da falência económica e financeira e do aviltamento dos valores nacionais — a bomba de neutrões!

Justificadamente, como se vê, ambos tiveram honras de vedetas nesse

fim de semana algarvio. Ambos generais, ambos prestigiados, ambos aplaudidos pelos auditórios que congregaram.

Todavia, esses auditórios nada tinham de comum. Enquanto um deles em tímida assembleia, obedecia a um anseio português (ou não será português um anseio de ver Portugal pautar-se pelos interesses iminentemente portugueses), o outro inspirava-se (ou deixava inspirar-se) por um projecto soviético. Enquanto de um lado se congregavam portugueses irmanados pelo fervor da reconstrução da Pátria e à revelia dos partidos de inspiração cristã, do outro lado, no polo oposto, arregimentavam-se alguns indivíduos portadores de passaporte português em obediência aos designios dos que, hipocritamente, se propõem salvar a humanidade depois de terem aniquilado uma civilização.

Mas não ficam por aqui as diferenças. Enquanto o Senhor Kaulza de Arriaga se apresentava discreta e quase subrepticiamente num hotel de Armação de Pera, o senhor Francisco Gomes disfrutava de uma das salas de visitas do Algarve, exactamente do salão nobre da Junta Distrital de Faro.

Mas, enfim, expressas as inquietações do Senhor Kaulza de Arriaga, os algarvios continuam a interrogar-se preocupados com o seu futuro e com o futuro do País. Aquela distinção militar não era portador, infelizmente, da pedra filosofal que os portugueses há tanto tempo anseiam. Outro tanto se não dará da felicíssima intervenção do seu camarada de armas. Graças ao senhor Francisco Gomes e à sua oportuna condenação da bomba de neutrões, outros são agora os ares que por estas terras meridionais se respiram. O tenso ambiente que sinistramente se adensava, desanuviou-se. O peixe voltou a frequentar os mares algarvios; a peste suína deixou de dizimar os porcos e ramadas; as searas revitalizam-se; as indústrias aceleram o ritmo trepidante a que já nos haviam habituado. Uma cornucópia de felicidade despejou-se generosamente sobre o Algarve. E a bomba de neutrões, essa, graças à oportuna campanha do egrégio general, não deverá inquietar-nos nos tempos mais próximos.

Num alarde de saudável pluralismo democrático, o Algarve viveu um fim de semana inesquecível. Só haveria razões para regozijo se não fora uma trágica contradição. É que, quase que se roçando uma na outra, a Pátria e a Anti-Pátria andaram paredes meias.

Para quando a separação do trigo do joio?

O louletano Pr. Romero de Magalhães

(continuação da pág. 1)

de Coimbra. Aí, foi-lhe confiada a cadeira de História Económica.

Exerce igualmente funções docentes na Faculdade de Letras e no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, regendo cadeiras de História Económica e Social. É ainda vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Coimbra.

É considerado como um dos mais fieis discípulos de Vitorino Magalhães Godinho e Paulo Quintela.

Devido aos critérios políticos que tem vindo a adoptar no MEIC, os comunistas não o amam, e é «persona non grata» para o núcleo dos professores do Partido Socialista e para a JS. Dizem de si, que preza mais o exercício do poder do que o seu próprio conteúdo e que ambicionaria vir a ser ministro. Politicamente é identificado com a ala mais conservadora do Partido Socialista.

Bilhetes de Identidade de Estudantes

(continuação da pág. 1)

de estudantes que vão fazer a sua matrícula no ensino preparatório.

Entre outras medidas, foi prevista no n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 64/76, de 24 de Janeiro, a possibilidade de redução de taxa como incentivo à mudança dessa corrente de público para outros meses, a fim de evitar atrasos sensíveis e o recurso a horas extraordinárias.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado da Justiça e do Orçamento:

Os pedidos de Bilhete de Identidade não superior a 13 anos, apresentados nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, beneficiarão de um desconto de taxa no montante de 20%.

Esta portaria entra em vigor cinco dias a partir da publicação.

LOULÉ



A família de Joaquina Cândida Xavier que Deus cramo à sua presença agradece penhoradíssima a todos que a acompanharam no seu desgosto e a quem, por desconhecimento de moradas, o não possam fazer de outro modo como seria o seu desejo.

A todos o seu profundo reconhecimento.

Agência Cavaco — Loulé

PROPRIEDADE VENDE-SE

Vende-se no sítio da Alagoa do Carvoeiro — Almanzil própria para horta e com casa de habitação.

Informa Telef. 62816 — LOULÉ.

(3-2)

Trespasa-se

Café Zé Viegas em Loulé. Informa no próprio local.

(2-2)

NOTÍCIAS PESSOAIS

BODAS DE OURO

No transcurso d'a 11 de Fevereiro, celebraram festivamente as Bodas de Ouro para comemoração de 50 anos de matrimónio, o nosso prezado amigo e estimado assinante sr. Joaquim Pires e a sr.ª D. Rosa Henriqueta, considerados proprietários no sítio das Romeirinhas (Loulé) e muito estimados por todos os seus familiares e amigos.

Em acção de graças, foi rezada missa, pelo padre sr. Analide Guerreiro na Capela de N.ª Senhora da Piedade.

Neste marcante e edificante evento o casal jubilado, esteve rodeado de todos os seus familiares, pelos quais foram muito felicitados.

Estiveram presentes as filhas e dedicadas assinantes sr.ª D. Lídia Mestre Pires Chumbinho, casada com o sr. José Guerreiro Chumbinho; D. Noémia Mestre Pires Redondo, casada com o sr. João Miguel Duarte Redondo; D. Felismina Mestre Pires Bota, casada com o sr. José Fernandes Guerreiro Bota.

Também acompanharam o festivo acontecimento os netos, a sr.ª Dr.ª D. Lídia Miguel Pires Chumbinho de Albuquerque, casada com o sr. Pedro Manuel Laura Martins de Albuquerque, e os meninos Rosa Isabel Pires Duarte Redondo, João José Pires Duarte Redondo, Paulo Fernan-

do Pires Guerreiro Bota e Pedro Miguel Pires Guerreiro Bota, e ainda os bisnetos, meninas Isabel Chumbinho de Albuquerque e José Chumbinho de Albuquerque.

Ao conceituado casal, cuja vida familiar é exemplo de amor, e feliz mútuo entendimento, apresentamos as nossas expressivas felicitações e votos de longa vida em comum.

FALECIMENTOS

— Faleceu em casa de sua residência em Corcitos (Querença) o sr. Artur Inácio João, que contava 46 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Maria Guerreiro Rosa.

O saudoso extinto era pai do sr. Manuel Rosa João, casado com a sr.ª D. Dália Maria Sousa Martins Rosa João.

— Em casa de sua residência em Loulé, faleceu no passado dia 19 de Janeiro, a sr.ª D. Antónia da Conceição Pires, que contava 93 anos de idade e era viúva do sr. José de Sousa Chumbinho.

A saudosa extinta era mãe da sr.ª D. Maria de Sousa Chumbinho, casada com o sr. António Guerreiro Fome e do sr. José Pires Chumbinho, residente em S. Paulo (Brasil).

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

A árvore sem fruto do I Encontro de «Escriptores Algarvios» ou a análise irrealista de Luís Pereira

(continuação da pág. 8)

do-o a não pensar, para não exigir.

Mais à frente a sua crónica e passando por cima do acesso de machismo, ao sublinhar os gestos de mulher, da Fátima Oliveira, diz você que a mesma está em condições para enfrentar o grande público da poesia. É novidade para mim, saber que a poesia é uma mercadoria com público definido para a adquirir. Julgava eu, e continuo, que a poesia, como qualquer forma de expressão artística, é o seu conteúdo que define a classe ou camada do povo a que interessa ou é dirigida. Se assim não fosse, teríamos a obra de António Alêxo misturada com os lunáticos poemas de José Gomes Ferreira, do eminente poeta Alegre ou até do chorrilho de Neto Gomes, para não falarmos de outros belos exemplares da nossa praça.

Mais à frente, diz você ao referir-se a Neto Gomes — «homem feliz, consciente de carácter humano» que não é demagogo, etc., etc.

Luís! ou você confundiu a nuvem com Juno e comprou gato por lebre, ou então (e eu não quero pensar que assim seja), está a fazer o jogo do mais refinado demagogo que eu já conheci. Eu quero crer que você foi espontaneísta e fez um juízo errado sobre a pessoa. Para não falar na inexistente obra desse «escriptor» algarvio, exceptuando uns versos em choradinho, a que espiritualmente chamou poemas.

Fazer juízos e emitir opiniões sobre esta ou aquela pessoa, é um acto de responsabilidade, pois vai influenciar a opinião de alguns milhares de leitores. Não basta a impressão dum encontro para dar forma correcta sobre a personalidade deste ou daquele, e você emite opiniões gerais dizendo que o fulano tal é assim ou assado. Isto é mau pois a opinião das pessoas que com ele contactam diariamente é completamente oposta à sua, você conscientemente ou não, está a fazer a promoção de quem já não tem mais casacos para virar isto é, como se costuma dizer: «já não engana ninguém».

Tenha muito mais para lhe dizer, mas o espaço é pouco e concerteza que outras oportunidades surgirão.

Luís Ricardo

Trespasa-se

Casa comercial bem localizada, na cidade de Faro.

Tratar pelo Telef. 25958 — FARO.

(3-2)

Não se esqueça de pôr o
CINTO DE SEGURANÇA!
Olhe as multas!!!

Vende-se carro

Austin, a gasóleo, em bom estado.

Trata Virgílio Marum Costa — R. Gonçalves Velho —
Telef. 65122 — QUARTEIRA.

(2-2)

COMPANHIA DE SEGUROS

ANTIGA E IMPORTANTE SEGURADORA PRETENDE PESSOAS DE AMBOS OS SEXOS PARA SEUS AGENTES EM TODAS AS LOCALIDADES DO ALGARVE, DE ACORDO COM AS NORMAS FUTURAS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS.

● PESSOAL

- DINÂMICO
- AMBICIOSO
- PREFERÊNCIA C/ 5.º ANO LICEAL OU EQUIVALENTE

● OFERECEMOS

- COMISSIONAMENTOS
- ASSISTÊNCIA PERMANENTE
- CURSOS DE FORMAÇÃO

RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 39.

MEDIDOR ORÇAMENTISTA

ADMITE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE MÉDIA DIMENSÃO COM SEDE E OBRAS NO ALGARVE.

RESPOSTA AO APARTADO N.º 1 — QUARTEIRA, CONTENDO O CURRÍCULUM VITAE E CONDIÇÕES PRETENDIDAS.

MORREU VITORINO NEMÉSIO

— ESTÁ DE LUTO A CULTURA PORTUGUESA

Faleceu em Lisboa, no passado dia 20 de Fevereiro, o prof. doutor Vitorino Nemésio, tendo sido os seus restos mortais sepultados no cemitério de Sto. António dos Olivais, em Coimbra.

Segundo as referências tecidas por todos os órgãos de comunicação social, o seu passamento foi acolhido com o maior pesar por todo o País, ao qual se associaram vários membros do Governo.

Nas condolências enviadas à família do ilustre extinto, o primeiro-ministro Mário Soares, define o perfil do prof. doutor Vitorino Nemésio nestes termos: «figura ímpar de intelectual, arreigado defensor dos valores açorianos e vulto cimeiro das letras pátrias e da cultura do nosso tempo».

O comentário póstumo exarado pelo «Diário de Notícias» considera que «com a morte de Vitorino Nemésio, fecha-se um ciclo das letras portuguesas que foi o que transmitiu o facho da geração de 70 aos escritores do nosso tempo».

Por outro lado personalidades gradas da cultura e das letras portuguesas contemporâneas expenderam, a propósito do desaparecimento deste eminente escritor, um acervo de considerandos que ilustram a singularidade do seu génio e a imensa perda sofrida pela literatura nacional.

SÍNTESE BIOGRÁFICA

Nasceu a 19 de Dezembro de 1901, na Praia da Vitória, na Ilha Terceira dos Açores;

Formou-se em Literatura Românica, pela Universidade de Lisboa; Foi professor nos liceus da Horta, Angra do Heroísmo e Coimbra;

Deu a sua última lição na Faculdade de Letras em Dezembro de 1971, quando completou 70 anos de idade;

Professor da Faculdade de Letras de Lisboa desde 1939, onde leccionou Literatura Românica, professor do Curso de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Montpellier (1935) e mestre de conferências da Universidade de Bruxelas (1936-1938).

A aposentadoria confinou-o a uma vida económica difícil.

Foi conferencista e coluador de inultrapassáveis recursos nos programas «Se bem me lembro», na TV.

OBRA LEGADA

«A Mocidade, de Herculano até à volta do Exílio»; prefácios aos três volumes «Cartas de Vale de Vale de Lobos»; edição crítica das «Cenas de um ano da minha vida», de Alexandre Herculano; «Canto Matinal», versos publicados aos 25 anos; «Paço de Milhafre», contos, 1924; «Varanda de Pilatos», romance, 1926; «Sob os Signos de Agora», artigos e ensaios, 1933; «La Vouille Pronise»,

poemas, 1935; «Eu, comovido a Oeste», poesias, 1940; «E tudes Portugais», conferências pronunciadas nas universidades de Paris, Toulouse e Bordéus, em 1935; «Quatro Prisões Debaixo de Armas e outras histórias», 1970; «Conhecimento de Poesia», 1970; «Jornal do Observador», 1974; «Era do Atomo — Crise do Homem», 1976, e ainda a sua grande obra que o consagrou «Mau Tempo no Canal», além de outras obras e traduções várias.

Para custear os seus estudos foi profissional jornalista em «O Século», «Diário de Notícias», «Diário de Lisboa», «Diário Popular», «A Luta», «A Capital» e em muitos jornais do Porto. Foi director de «O Dia», fundou e dirigiu a «Revista de Portugal».

Há portanto uma vasta obra de Vitorino Nemésio dispersa por muitas páginas de jornais.

Vinho

A Junta Nacional de Vinhos vai comprar à produção, até 31 de Março dez milhões de litros de vinho para manter as suas reservas. Os preços são entre 11\$50 e 13\$50 por litro.

Um país farto de... divisas

O Governo da África do Sul reclamou a Portugal o pagamento de uma soma de 5,5 milhões de dólares a título de assistência concedida por Pretória aos refugiados portugueses de Angola até 31 de Março de 1977.

Camarões em contrabando

A Guarda Fiscal apreendeu, por presunção de delito fiscal, dez toneladas de camarão, no valor estimado em 3 800 contos, que se encontravam depositados no entreposto frigorífico da doca de pesca de Peniche.

Colabore Connosco

Precisamos de apartamentos mobilados para atendermos clientes que desejam passar férias em Quarteira.

Se tem apartamentos livres contacte-nos pelo telef. 65457 — QUARTEIRA.

VENDE-SE

Um prédio c/ 8 divisões na praia dos Olhos d'Água. Tratar com Joaquim Neves Guerreiro — Telef. 66307 — Olhos de Água — ALBUFEIRA.

APRECIACÃO E CRÍTICA do Projecto-Lei da Caça

(continuação da pág. 1)

em publicações parciais, até à sua integral transcrição.

Artigo 1.º — 1. Constituem caça os animais vertebrados bravios que não vivam habitualmente sob as águas, incluindo os temporariamente submetidos a processos de pré-domesticação ou de reprodução em cativeiro e ainda os domésticos que tenham perdido esta condição.

2. Considera-se acto venatório ou exercício da caça toda a actividade — nomeadamente a procura, a espera e a perseguição — visando capturar, vivo ou morto, qualquer elemento da fauna cinegética.

Artigo 2.º — 1. O recurso renovável da fauna cinegética (também designado abreviadamente por «caça») integra-se no património comum do povo português, podendo nele individualizar-se sob a designação de «património cinegético».

2. A política relativa ao património cinegético subordina-se aos seguintes princípios básicos:

a) A gestão dos recursos cinegéticos deve estar sujeita a normas de ordenamento com o fim de garantir a manutenção do equilíbrio ecológico;

b) A caça constitui factor de desenvolvimento das zonas rurais e de melhoria de qualidade de vida da população;

c) O Estado faculta o exercício organizado da caça e orienta as actividades venatórias segundo modalidades susceptíveis de proporcionar a todos os caçadores oportunidades quanto possível equivalentes;

d) O Estado estimula a constituição de organizações de caçadores, de agricultores e de outros cidadãos interessados na conservação e na usufruição do património cinegético, promovendo a respectiva participação no ordenamento e na administração do mesmo património.

3. Constitui o património cinegético nacional toda a fauna cinegética que se encontre em território nacional, quer nele se crie, quer apenas por ele passe, enquanto nele se encontrar.

4. Designa-se ordenamento cinegético o conjunto das medidas a tomar e das acções a empreender nos domínios da protecção, fomento e exploração do recurso natural renovável caça, visando maximizar a respectiva possibilidade em regime de sustentação, dentro dos limites impostos pelo condicionalismo económico-social.

Artigo 3.º — 1. Só podem ser objecto de caça os animais constantes de listas a publicar nos termos do artigo 9.º.

2. A caça regularmente capturada passa a ser propriedade do caçador, excepto nos casos expressamente regulamentada em contrário.

3. Considera-se capturado o animal que for morto ou apanhado pelo caçador ou pelos seus cães ou aves de presa durante o acto venatório e bem assim o que for retido nas respectivas artes de caça.

4. O caçador, no exercício do acto venatório, adquire direito à captura do animal logo que o ferir, mantendo esse direito enquanto for em sua perseguição.

Artigo 4.º — 1. Só é permitido o exercício de caça aos indivíduos detentores de carta de caçador, que estiverem munidos das licenças e demais documentos legalmente exigidos.

2. São condições para obter a carta de caçador:

a) Ser maior de 16 anos ou maior de 12, desde que não utilize armas de fogo;

b) Não ser portador de anomalia psíquica ou de deficiência orgânica ou fisiológica que torne perigoso o exercício de actos venatórios;

c) Não estar sujeito a proibição do mesmo exercício por disposição legal ou decisão judicial.

3. Para além da carta de caçador, o menor necessita de autorização escrita da pessoa que legalmente o representa.

4. A proibição do exercício da caça por anomalia psíquica ou deficiência orgânica ou fisiológica poderá ser limitada apenas à caça com emprego de armas de fogo quando do seu uso possa resultar perigo.

Artigo 5.º — 1. A obtenção da

carta de caçador fica dependente de um exame a realizar pelo candidato perante os serviços competentes da Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal, destinado a apurar se o interessado possui a aptidão e os conhecimentos necessários ao exercício da caça, designadamente quanto a espécies cinegéticas, regulamentação, meios e processos de caça, manejo de armas de fogo e meios de segurança.

2. As cartas estão sujeitas a taxas.

3. Para utilizar armas de fogo ou meios que requeiram autorização especial é necessário estar munido da correspondente licença.

Artigo 6.º — São dispensados da carta de caçador:

a) Os membros do corpo diplomático e consular acreditados em Portugal, em regime de reciprocidade;

b) Os estrangeiros e nacionais não residentes em território português quando estejam habilitados a caçar no país da sua nacionalidade ou residência ou quando se encontrem em Portugal a convite de entidades oficiais.

Artigo 7.º — Os caçadores podem ser ajudados por auxiliares com a função de procurar, perseguir e levantar a caça (batedores) ou de transportar equipamento, mantimentos e munições ou a caça abatida e, bem assim, fazer-se acompanhar de cães, negaças, furões e aves de presa.

Artigo 8.º — 1. As licenças de caça têm validade temporal e territorial.

2. Podem ser exigidas licenças especiais para certas espécies, processos e meios de caça.

3. As licenças estão sujeitas a taxas.

Artigo 9.º — Ao Estado compete definir a política cinegética, tendo em conta todas as respectivas implicações, e, por intermédio da Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal administrar ou debelar ou conceder e controlar a administração do património cinegético nacional, cabendo-lhe em particular:

a) Promover a adopção das medidas e a execução das acções necessárias à concretização daquela política;

b) Organizar listas donde constem as espécies que podem ser objecto de caça nas várias regiões;

c) Fixar os locais onde é permitida a actividade venatória segundo cada um dos regimes previstos neste diploma;

d) Fixar as épocas de caça para cada espécie e local;

e) Definir os processos e meios de caça, as limitações ao respectivo uso e os contingentes a capturar por cada espécie cinegética, tendo em conta as circunstâncias de tempo e de lugar;

f) Emitir as cartas de caçador;

g) Conceder licenças para o exercício da caça;

h) Arrecadar as receitas criadas pela legislação sobre caça e as demais que, por outras formas, lhe sejam atribuídas;

i) Satisfazer os encargos resultantes das actividades que lhe compete levar a efeito nos termos legais;

j) Fiscalizar o cumprimento dos preceitos dos diplomas legais dizendo respeito à caça e seu exercício.

Artigo 10.º — 1. São proibidas a captura ou destruição de ninhos, covas, luras, ovos e crias, salvo nos casos previstos na lei.

2. A Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal poderá autorizar a captura, para fins cinegéticos ou didácticos, de exemplares de espécies cuja caça esteja proibida, bem como dos respectivos ninhos, ovos e crias, mas apenas na medida em que tal não faça perigo o alcance dos objectivos da proibição.

3. A Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal compete tomar as providências necessárias para a captura ou destruição dos animais que se tornem prejudiciais para a agricultura, a caça e a pesca, utilizando os meios mais adequados, incluindo o uso de processos e meios de caça normalmente não autorizados.

Artigo 11.º — 1. É proibido caçar:

a) Nas queimadas e nos ter-

renos com elas confinantes, numa orla de 250 metros, enquanto durar o incêndio e nos dez dias seguintes;

b) Nas terrenos cobertos de neve excepto nos casos devidamente regulamentados;

c) Nos terrenos que durante as inundações fiquem completamente cercados de água e nos 250 metros adjacentes à linha mais avançada das inundações, enquanto estas durarem e nos dez dias seguintes;

d) Nos povoados, terrenos pertencentes a escolas, estabelecimentos militares, estações radioeléctricas, fábricas, institutos científicos, hospitais, e asilos, nos parques de campismo e desportivos ou estabelecimentos similares e bem assim em quaisquer terrenos que circundem estes, numa faixa de 250 metros de largura;

e) Nos aeródromos, parques, estradas, linhas de caminho de ferro e praias de banho;

f) Nos terrenos de explorações agrícolas, pecuárias ou florestais quando o exercício da caça cause prejuízo.

2. É proibido caçar, sem autorização dos possuidores, nos quintais e jardins anexos a casas de habitação, e bem assim em quaisquer terrenos que circundem estas, numa área de 250 metros de raio.

Artigo 12.º — 1. O Estado pode proibir total ou parcialmente qualquer actividade que prejudique ou possa perturbar o desenvolvimento da fauna em terrenos destinados a assegurar a protecção, conservação ou fomento de determinadas espécies cinegéticas.

2. O Estado pode, para efeitos do número anterior, constituir reservas de acordo com o que vier a ser estabelecido em regulamento.

(Continua)

Subsídios atribuídos aos hospitais de Faro

Pela Direcção Geral dos Hospitais, foram distribuídos subsídios de vários montantes aos Hospitais Centrais, Maternidades e Distritais, cabendo a Faro 21 870 000\$00 e a Pontimão, 11 052 000\$00.

Pela Direcção Geral de Saúde foi atribuída a verba de 50 000 contos aos hospitais concelhios.

No respeitante ao distrito de Faro, a verbas distribuídas foram as seguintes: Albufeira, 1 201; Lagoa, 644; Lagos, 2 547; Loulé, 1 081; Tavira, 1 000 e Vila Real de Santo António, 1 953 contos.

Notícias de Albufeira

Continuam a verificar-se cenas de vandalismo nesta vila praticadas pelo chamados trabalhadores interessados na Paz.

Isto aconteceu ao ser atirado para dentro duma cabine telefónica de utilidade pública no Largo eng. Duarte Pacheco ovos e deixando o próprio marcador de números completamente cheio de ovos e casca de ovo. Para quando se respeita locais de interesse e segurança de pessoas e bens de utilidade pública?

VENDE-SE

MAQUINA DEBULHADORA

Marca Tramagal 1,10 m. em bom estado.

Nesta redacção se informa.

APARTAMENTOS

NOS MELHORES LOCAIS DE LOULÉ

Vendem-se blocos com 3 e 4 assoalhadas de luxo

Blocos a construir:

- ★ Av. José da Costa Mealha
- ★ Rua
- ★ Urbanização Expansão Sul

Informações:

MANUEL RICARDO M. DA SILVA & C.ª, LDA.

Rua Comb. da Grande Guerra, 56
Telef. 62449 — LOULÉ

(3-1)

A TIRANIA MARXISTA E A LIBERDADE DO POVO

As violências exercidas contra as populações de Santa Comba constituíram motivo de justa indignação e revolta contra o despotismo opressor da nossa Pátria; mas também foram motivo para orgulho, por se verificar que ainda existem muitos portugueses inteiros, gente cujos avós foram companheiros de Viriato, povo do autêntico, não daquele facistão que parasita à custa de avarias e subsídios do Estado, mas daquele verdadeiro povo que nunca se esqueceu da sua qualidade de português e cujas raízes mergulham bem fundo nas generosas terras da Beira.

Embora na reserva desde 1970, a verdade é que durante umas dezenas de anos comandi soldados e lembro-me bem de lhes ter mandado fazer fogo apenas em duas circunstâncias: sobre os alvos da carreira de tiro e sobre os terroristas, a partir de 1961, quando estes desataram a destruir, incendiar e assassinar a torto e a direito.

Torna-se para mim impossível tolerar patifes capazes de mandar atirar sobre o nosso povo, produzindo ferimentos em uma dezena de pessoas e causando a morte a uma pobre mãe e a orfandade a seis inocentes.

A verdade é que tais patifes apareceram e estão nos poleiros, defecados pelo 25 de Abril! São patifes do mesmo covil marxista que no ultramar desarmaram a nossa gente e a entregaram às mãos dos terroristas, que ordenaram aos nossos soldados que apoiassem os inimigos de Portugal, que virassem as armas da Nação contra os nacionais e depois as entregassem aos assassinos que até aí os soldados haviam combatido e repellido para os covis situados nos territórios vizinhos.

O responsável mór pelas vergonhosas violências exercidas sobre o povo de Santa Comba é precisamente um dos advogados que no Tribunal Militar de Moçambique, em 1966, se evidenciou pela dedicação posta na defesa dos terroristas que se propunham mergulhar Lourenço Marques num imenso banho de sangue durante a quadra do Natal de 1964.

Naquele Tribunal competia-me, como promotor de justiça, pôr a descoberto os crimes daqueles bandidos enquanto duas dezenas de tráfugas, traidores e pulhas se empenhavam em justificar os criminosos e em apresentá-los como exemplares cidadãos e portugueses.

Era repugnante o espectáculo dado por essas duas dezenas de bastardos vendidos à Frelimo, lambendo os traseiros dos facinorosos e chafurdando em grosseiras mentiras, tudo para evitar o merecido castigo dos nossos inimigos e para que, continuando

em liberdade, pudessem recomeçar a subversão marxista a que uns e outros, protegidos e protectores, de mãos dadas haviam metido ombros com o despudor que caracteriza os traidores.

Somente pelos serviços prestados à FRELIMO, ao MPLA e ao PAIGC, se compreende que os traidores, depois de terem saído do ultramar seus coirões e bens, tenham sido premiados com lugares pingues, para si e para os seus, nos poleiros da governação, e hajam boiado tal como o maldito «rolha» em todas as situações e mudanças havidas entre os latrínios da política.

A violência com que os povos de Santa Comba foram injuriados filia-se nas instruções dadas por Mescovo aos marxistas da nossa praça.

Já no ultramar eles tinham instruções para dar cobertura às acções dos turras, e, mais tarde, durante a vergonhosa descolonização, as instruções ordenavam aos agentes marxistas que não se poupassem na tarefa de encurralar os portugueses do ultramar perseguindo e humilhando, prendendo e torturando, roubando e expulsando, quando não matando, a quantos portugueses lograssem deitar as garras.

Com a sua acção criminosa e liberticida os responsáveis marxistas propiciaram a surtida cobarde de alguns terroristas que, pela calada da noite, destruíram a bomba o que restava da disputada estátua.

Tudo o ignóbil procedimento dos governantes foi apoiado por uma campanha de grosseiras mentiras, levada a efeito pelos chulos e papagaios que sugam o suor do povo nas chuchas da RDP, da RTP e da imprensa não só estatizada como também albardada.

É evidente que os portugueses não esquecerão estas malfetorias e, embora se lamente profundamente a perda de uma vida e os ferimentos produzidos pela insânia marxista, a verdade é que todos nós sentimos pelo povo de Santa Comba um misto de respeito e de admiração, por ter

mostrado que também não temia os opressores marxistas e por ter dado um belo exemplo de determinação na luta pelos seus direitos e pelas suas liberdades; e os povos de Santa Comba houveram-se na luta com tal firmeza e unanimidade que mereceram ser espingardados pelos esbirros da tirania.

Apesar de todas as violências e vandalismos, o povo de Santa Comba encontrará modo eficaz de sacudir as humilhações e os entraves à sua liberdade; independentemente de qualquer estátua que venha a erguer em homenagem ao seu conterrâneo, a verdade é que, sem oportunismos e complexos de esquerda ou de direita, esse povo já mostrou que a dignidade e a gratidão não se apagam com os ventos da moda, como também mostrou que não teme os malfetores ainda que sentados nos cadeirões do poder.

Os déspotas podem impedir pela força que o povo de Santa Comba restaure a estátua de um dos grandes vultos da nossa história, mas podem estar certos que não existirá poder marxista, por mais opressivo que ele seja, capaz de impedir que os portugueses e, em especial as gentes de Santa Comba, levantem nos seus corações um monumento bem mais precioso e mais digno a esse vulto, e isso por ser feito de um «material espiritual» resistente à inveja dos mesquinhos, ao ódio dos tiranos e às bombas dos terroristas, por mais danados e estúpidos que sejam uns e outros.

E se a primeira vitória do povo de Santa Comba foi a de ter obrigado o poder marxista a revelar a sua obediência soviética ao mandar espingardar o povo, a sua segunda vitória foi a de ter mostrado a sua personalidade, independência e nobreza quando se apresentou orgulhoso de honrar a memória de Salazar, daquele seu conterrâneo que, de entre os portugueses, mais e melhor amou e serviu Portugal.

Carlos da Costa Campos e Oliveira

GRUPO DE ESTUDOS ALGARVIOS PROGRAMA ACTIVIDADES

Deliberou o GEA — Grupo de Estudos Algarvios, admitir como sócios fundadores todos os cidadãos — algarvios ou não — que solicitem a sua inscrição até ao final do passado mês de Fevereiro.

De acordo com os estatutos aprovados no encerramento do I Encontro de Escritores Algarvios, recentemente decorrido em Lagos, o GEA tem como objectivo «promover por todos os meios ao seu alcance a pesquisa e divulgação da cultura, sem quaisquer fins lucrativos».

Aos sócios, que ficarão obrigados ao pagamento de uma quota mensal de 50\$00, será distri-

buída uma revista mensal de igual valor e serão concedidos descontos de 20 ou 15% na aquisição de obras editadas ou distribuídas pelo Grupo, além de vantagens nas várias iniciativas previstas. O plano editorial do GEA inclui livros, discos e reproduções de obras de arte, abrangendo, assim, toda a cultura algarvia, nas suas mais diversas expressões.

O Grupo de Estudos Algarvios lança ainda este mês o seu primeiro livro e prevê para Abril o início regular da revista, para cuja direcção foram convidados alguns dos mais importantes nomes ligados à cultura algarvia e residentes nesta região.

Para Moçambique

Um grupo de 40 professores cooperantes partiu, no passado dia 9, com destino a Moçambique, onde irá reforçar a rede de ensino existente naquele país de expressão portuguesa no Índico.

Considerando que, nos países das «mais amplas», a entrada de qualquer pessoa obedece a critérios políticos rigorosos, depreende-se que os 40 professores sejam simpatizantes do regime de Samora, o que nos diz que esses portugueses são honestos para com os seus ideais.

E ainda bem que assim é, pois de contrário a nossa presença de 500 anos em África poderia ser apagada com a introdução da língua russa nas escolas de Moçambique.

Cartas ao Director

Começo por cumprimentar o senhor e felicitá-lo pelo seu prestigioso jornal, que meus familiares desde muitos anos, sempre me mandam juntamente a outros jornais do nosso Portugal.

Ao ler em «A Voz de Loulé», a poesia de Leonel de Sousa, «Pranto do Mar», sensibilizei-me tanto que de momento senti desejo de ser poeta. Não o sou infelizmente, pois, para mim a poesia é a mais bela manifestação

da alma e a mais rica das suas expressões. Ditosos os dotados.

Sinceramente comovido felicito o grande poeta que é Leonel de Sousa, e, como algarvio, pois que em cada algarvio há um poeta, quero dedicar-lhe estas simples e pobres versos.

E a vós, sr. Director, as minhas desculpas e um muito obrigado.

Aldemiro Macedo

Malaga (Espanha) 4-2-78

PRANTO DO MAR

CHORA O MAR DE PORTUGAL
POR TER PERDIDO UM AMIGO
TÃO NOBRE, FORTE E LEAL,
EU TAMBÉM CHORO CONTIGO.

É BEM CRUEL VER TRAIR
O NOSSO MELHOR AMIGO
E EM NOSSA CARNE SENTIR
QUE MUITOS CHORAM CONTIGO.

AO BOM POVO PORTUGUÊS
QUE SE PREZA DE SENTIR,
DE PORTUGAL LÊS A LÊS
AJUDE O MAR A SORRIR.

RESSUSCITEM ESSE AMIGO
DE NOVO FORTE E LEAL,
POVO SÃO, POVO UNIDO
DÊEM VIDA A PORTUGAL.

ALDEMIRO MACEDO

NOTÍCIAS BREVES

UMA MESQUITA EM LISBOA

O governo dos Emirados Árabes Unidos concedeu à comunidade islâmica de Lisboa a importância de quatro milhões de escudos para a construção da primeira mesquita a erigir na capital portuguesa.

JOVENS CONTRA A DROGA

Um grupo de estudantes do Porto constituiu-se em comissão organizadora de uma nova instituição, o Centro de Estudantes de Combate à Droga. Entidade de iniciativa própria, desligada das autoridades policiais, o C. E. C. D. visa combater a expansão da droga e defender a juventude portuguesa.

SÓ OS REVOLUCIONÁRIOS NÃO SÃO MERCENÁRIOS

Angola avisou a Grã-Bretanha de que quaisquer mercenários britânicos capturados naquele país africano serão abatidos sem contemplação — anunciou o Foreign Office.

PROFESSORES A MAIS

Ao falar na Assembleia da República, durante o debate do Programa do novo Governo, o ministro da Educação e Cultura, Sottomayor Cardia, afirmou que há excesso de professores primários, pelo que as escolas do Magistério deverão ser reconvertidas em escolas de educadores de infância.

AÇÚCAR... SALGADO

Cerca de 200 toneladas de açúcar reunidas, chegam deterioradas ao porto de Leixões, devido à infiltração de água salgada durante a viagem.

ASSIM VAI MOÇAMBIQUE

Em Moçambique diz-se que «o trabalho dos portugueses é desejado e bem recebido». Quando este país se tornou independente havia ali 240000 portugueses; hoje são apenas 20 000.

A falta de técnicos e de mão de obra qualificada é um problema grave para aquele novo país de expressão lusitana.

PÃO CAPITALISTA

A União Soviética voltou a comprar mais 600 mil toneladas de trigo aos Estados Unidos.

COMISSIONISTA

Precisa Armazém de malhas exteriores com clientela no Algarve e Alentejo.

Resposta para Manuel F. Domingos — TOMAR.

VENDE-SE

Peugeot 404 diesel ou troca-se por um 504 a gasolina.

Telef. 65404 — MARINA DE VILAMOURA.

(2-1)

Comer aquilo que os outros produzem

O Governo foi autorizado pela Assembleia a contrair um empréstimo no valor de 1600 mil contos aos Estados Unidos para aquisição àquele país de 200 mil toneladas de trigo, 10 mil de arroz e 30 mil fardos de algodão.

Automóveis usados COMPRA, VENDA E TROCA

EXPOSIÇÃO GARAGEM SHELL

TELEF. 52277
ALBUFEIRA

Novos rumos para o Turismo algarvio

(continuação da pág. 1)

dável, como veículo de aproximação e convívio entre homens das mais diversas latitudes e que desejam conhecer-se mutuamente.

Por isso se fazem agora tentativas válidas para atrair turistas ao Algarve por ser uma terra com condições ímpares em todo o Mundo como centro ideal a que têm legítimo direito quantos fazem do trabalho o seu modo de vida.

E é extremamente agradável saber que cada vez há mais pessoas com nível suficientemente elevado para gozarem as suas férias fora do seu país. E é reconfortante verificar que isso acontece exactamente onde os governantes se esforçam, não para acabar com os ricos, mas sim para acabar com os pobres — para que todos vivam melhor.

Após o 25 de Abril desencadeou-se em Portugal uma autêntica «guerra aos ricos» e quase se enalteceu a miséria, porque isso convinha para se alcançar sinistros objectivos políticos.

É verdade que, como consequência desses objectivos, ainda hoje caminhamos para a miséria, mas também é verdade que já se fazem tentativas para a evitar.

Há, por isso, que aproveitar as potencialidades turísticas do nosso País como fonte das divisas que tanto carecemos para comprar no estrangeiro quase tudo o que precisamos para sobreviver com um nível de vida que os portugueses já conquistaram e que só com pesadíssimos sacrifícios (e grande clamor de justificada revolta), prescindiriam.

Cabe, portanto, enaltecer todas as iniciativas levadas a efeito pela Comissão Regional de Turismo do Algarve, inteligentemente presidida por Cabrita Neto, um homem que tem revelado uma extraordinária capacidade de trabalho e de iniciativa no sentido de promover a nossa província ao nível que merece ser colocada como polo de atracção do turismo mundial.

Igualmente meritória tem sido a actividade de algumas unidades hoteleiras do Algarve, cujos contactos com o estrangeiro e com agências de viagens, têm sido um valioso contributo para a recuperação económica do país, através da entrada de divisas trazidas por turistas dos países chamados «ricos e industrializados».

Concretamente cabe enaltecer aqui a feliz iniciativa do nosso prezado amigo sr. Marques Fer-

reira, dinâmico director do aco-lhedor «Hotel do Levante», de Armação de Pera que, no passado dia 18 do corrente, ofereceu um jantar-convívio aos representantes de viagem que operam no Algarve e cujos contactos com os grandes centros europeus têm dado valiosíssimo contributo para que as unidades hoteleiras do Algarve possa ser assegurada aquela ocupação mínima anual que lhes dê garantias de sobrevivência e duma rentabilidade que é imperioso exista — por muito que isso doa a quem preta «queimar» tudo através da sistemática ruína de tudo e de todos.

Ao promover esta iniciativa e «Hotel Levante» revelou não só o seu dinamismo, como ainda a excelência duma cozinha que certamente terá sido um dos grandes veículos da boa aceitação entre os seus hóspedes estrangeiros, aos quais é proporcionado, aos sábados, um espectáculo de folclore através da exibição do Rancho do Calvário.

Está, pois, de parabéns a direcção de «Hotel do Levante» pelos esforços que está fazendo de promover o seu hotel e, simultaneamente, o nosso Algarve.

MUITO TARDA a criação da universidade do Algarve!

(continuação da pág. 1)

cretização que mechem e se vinculam, afinal, com os próprios interesses formativo-educacionais da nossa juventude, que o mesmo é dizer nacionais.

Os estudos superiores do Algarve, mercê da meridiana importância que se revestem, especialmente, para o lado sul do País requerem olhos e determinações isentos, que busquem mais as resoluções esclarecidas e adequadas à índole económico-social prevalecente nesta região, do que à vacuidade das esporádicas vitórias obtidas sob as égides e signos estritamente parciais.

Se há problemas comuns e que compete a todos resolver, quer singular quer colectivamente, este, o dos estudos superiores do Algarve, é um deles.

Assim sendo e reconhecida que é a sua implantação, resta só, o que não é menos avultante, a questão ligada à sua com-

Cursos de aperfeiçoamento profissional para o pessoal da C.R.T.A.

Teve início recente, em Faro e Portimão, na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, cursos de aperfeiçoamento para o pessoal da Comissão Regional de Turismo do Algarve, destacado em postos de turismo.

Os cursos que terão uma duração de oito semanas, contam com um vasto programa de modo a garantir um melhor aperfeiçoamento profissional.

Concerto da Semana Santa em Faro

O Grupo Instrumental Camerata Vocal de Lisboa, dirigido pelo Maestro Michael Corboz, interpretando «Música Barroca em Veneza», actuará em Faro, no decurso da «Semana Santa», em concerto promovido pela Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Aquele famoso agrupamento é constituído por Manuel Villuendas e Ilídio Gomes (violinos), Clélia Vital (violoncelo), Alejandro Erlitch Olivo (contra-baixo) e Madalena Van Zeller (cravo).

Quantos estudantes nas condições de Luís Pereira?

Fazer justiça a quem de direito deve ser a preocupação máxima dos que presidem aos destinos da Nação, mas talvez porque o partidário político, após o 25 de Abril, ganhou foros de civilizado, especialmente no campo do ensino constata-se factos que não honram os nossos governantes.

O signatário conhece Luís Pereira através do que tem escrito n'«A Voz de Loulé», e teve a satisfação de breve contacto com o mesmo durante o I Encontro de Escritores Algarvios que decorreu em Lagos nos dias 21 e 22 de Janeiro, tendo ra-

zões de sobejo para o considerar estudante aplicado e desejoso de se formar para atingir nível que permita ser útil à sociedade em que vivemos, independentemente das ideologias que cada um professe. «Ser pois por bem sem olhar a quem», divisa que, presente em todos os portugueses, poderia abrir caminho para a construção de uma sociedade onde todos se sintam irmãos, comendo do mesmo pão, bebendo da mesma água, gozando dos mesmos privilégios, numa palavra, unidos nos princípios de paz, amor e fraternidade que Cristo pregou.

Ao ler o que da sua autoria vem inserido n'«A Voz de Loulé», de 2 de Fevereiro s.b o título: «Responda-me Sr. Ministro Cardia: o ano propedéutico não será uma tentativa frustrada?», chego à conclusão, que no campo do ensino, as coisas não se processam como seria para desejar, isto é, as reclamações de estudantes nas condições de Luís Pereira, prejudicados por medidas como a do Serviço Cívico Estudantil e classificações em provas de exame consideradas menos justas, deixam de ser atendidas.

Ora, o direito de explicações que façam luz no espírito dos reclamantes, afigura-se-me sagrado, e porque apesar de zero que sou em relação aos valores que a sociedade considera, sempre defendi com justiça a quem de direito, e estou convencido que nas altas esferas da nossa governação as dificuldades são grandes para se alcançar o justo e razoável. Oxalá um raio de luz ilumine quantos superintendem nas questões de ensino para que de uma vez para sempre os métodos se ajustem às necessidades de estudantes e professores, e nova era surja para ensino digno de tal nome.

Joaquim de Sousa Piscarreta

«Pesca criminosa em Quarteira»

Na nossa edição de 16 de Fevereiro passado, por lamentável lapso de composição, saiu «gralhado» o título epígráfico, que deveria encimar o artigo que se ocupa de certo tipo de pesca de arrasto praticado em Quarteira.

Assim, onde se lê «Pesca Curiosa em Quarteira» deverá ler-se «Pesca criminosa em Quarteira».

A pesca a que nos referimos é de facto CURIOSA na medida em que aqueles que a praticam dizem não querer morrer à fome, mas é altamente criminosa porque, ao arrastarem o fundo do mar eliminam os viveiros e, por consequência podem exterminar as espécies, do que resultará a curto prazo, a fome para todos. O momentâneo egoísmo e a cobiça de alguns não pode suprir-se ao interesse geral.

148.º ANIVERSÁRIO DO POETA JOÃO DE DEUS

Para assinalar condignamente o 148.º aniversário do insigne poeta e pedagogo João de Deus, que transcorre no próximo dia 8 de Março, a Casa do Algarve, em Lisboa, promove no dia 11 de Março, uma sessão comemorativa.

Proferirá uma palestra, alusiva à obra poética e pedagógica do autor da «Cartilha Maternal» e do «Campo de Flores», o dr. Joaquim Magalhães.

PROPRIEDADE

VENDE-SE, de boa terra de semear composta de amendoeiras, figueiras, oliveiras e alfarrobeiras.

Informa na R. Condestável D. Nuno Álvares Pereira, n.º 3 ou na R. do Matadouro, 4 em Loulé.



Fábrica de Pastelaria Fina

RUA DO MATADOURO
Telef. 62503 — LOULÉ

FORNECIMENTOS PARA:

Pastelarias, Hotéis, Cafés, Casamentos, Festas de Aniversário, Banquetes, etc..

FABRICO DE QUALIDADE EM:

Bolos de Aniversário artísticos, Bolos de Noiva, Bolos de Batizado, Tortas, tartes, grande sortido de pastelaria fina, etc.

Especialidades em Bolos Regionais do Algarve e D. Rodrigo (fabrico de Lagos)

À venda nas Pastelarias e Supermercados

LAGOS, LOULÉ, ALDEIA DO MAR, ALDEIA DO GOLF E VALE DE LOBO



J. C. VIEGAS

VENDE-SE

Horta e loja Palminha, em Boliqueime.

Trata: Manuel da Palma, Telef. 66242 — BOLIQUIME. Um prédio c/ 8 divisões

ENCARREGADO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

ADMITE EMPRESA DE MÉDIA DIMENSÃO DO ALGARVE.

RESPOSTA AO APARTADO N.º 1 — QUARTEIRA, CONTENDO A REFERÊNCIA DAS PRINCIPAIS OBRAS QUE DIRIGIU NOS ÚLTIMOS 5 ANOS E CONDIÇÕES PRETENDIDAS.



Banco da Agricultura



Banco de Angola



Banco Pinto de Magalhães

agora...

UNIÃO DE BANCOS PORTUGUESES

Continuamos uma tradição de eficiência e dinamismo.

A solução dos problemas do futuro depende das realizações que empreendermos desde já.

O nosso amanhã começa hoje.

A acertada aplicação dos depósitos dos nossos Clientes trabalhando no País ou no Estrangeiro, garante o nosso tradicional apoio às actividades produtivas de Portugal.

As nossas equipas técnicas estão diariamente empenhadas nesta empolgante tarefa.

Agora, com a integração dos três Bancos, somos uma nova dimensão no sistema bancário português.

A nossa actuação vai ser multiplicada, ainda mais eficiente e ao alcance de um maior número de Clientes.

Com mais de 100 balcões, uma dinâmica reforçada e um serviço personalizado.

**UNIÃO DE BANCOS
PORTUGUESES**

CONTE CONNOSCO

Um episódio p'ró leitor recordar

Por LUÍS PEREIRA



Na minha pequenina aldeola, ali p'rás bandas da freguesia de Boli-queime, as pessoas que não são trabalhadoras só de nome, levantam-se muito cedo ao som de cantigas galináceas e têm por hábito não esquecer as suas orações matinais para que o dia lhes corra sem acidentes de maior, já que as preocupações tornaram-se suas companheiras permanentes na azáfama do quotidiano.

Ainda que os mais velhos sejam supersticiosos, pois diz a História que ali há grandes contos e lendas de bruxaria, orar não é superstição mas sim a demonstração da verdadeira fé e humildade de Bons-Portugueses, que apesar das tentativas de lavagem ao cérebro de determinados filhos ateus, não renunciam à sua religiosidade e ao tradicionalismo cristão na esperança contínua de alcançarem um futuro melhor e mais promissor para as gentes do amanhã. Esta aldeola, onde nasci e vivo, continua esquecida e abandonada como tantas outras, deste país. Aqui ainda se utilizam velas e candelários de petróleo e os caminhos são veredas ornamentadas pelo verde-mário das sementeiras. Há grande dificuldade de acesso à povoação para se comprar os produtos necessários à nossa subsistência. Quando o «Painha» não passa aqui com peixe a oitenta paus o quilo, comemos ovos a semana inteira. Os mais privilegiados, possuidores de um carrinho que arranjaram à custa do seu esforço, do seu trabalho de mais de 12 horas diárias, começaram já a pôr de lado o respectivo «objecto de luxo», (segundo a teoria socialista). Os outros para tomarem os transportes públicos, nacionalizados, nossos, do Povo, que custam três ou quatro vezes mais, deslocam-se por entre as pedras e a lama como um rebanho de ovelhas e lá vão à vila de Loulé de mês a mês comprar alguma coisa que faça falta. Mas, o porquê desta minha crónica tem outra história que já se passou no Verão passado. Trata-se dum caso como o ti' Romão.

O ti' Romão, homem trabalhador, já com idade de reforma, simples e humilde aldeão que nunca aprendeu a ler ou a escrever, nem sequer o seu nome, numa manhã quente de Verão, levantou-se à luz do seu candeeiro a petróleo, atrelou o animal na carroça e dirigiu-se ao Mercado de Quarteira para vender os tomates que tinha apanhado na véspera. Qual não foi o seu espanto ao ser

multado em mil escudos, quando vendia o respectivo produto que tinha apanhado com tanto esforço. Sim, por não ter escrito um papel qualquer, dizendo que a tabela era aquela e que não estava a enganar ninguém. Mas, este homem já enganou alguém? Ou tem sido enganado toda a vida? Exigia a autoridade que o preço estivesse à vista e, sem avisar um homem desprevenido e analfabeto, aplicou-lhe o selo. O dinheiro dos tomates não chegou para pagar a multa. Que triste sorte! Vou eu ficar calado? Não.

Porque não se preocupa a autoridade com os especuladores, com os criminosos, com os traficantes, com os bandidos que continuam matando, queimando, roubando, a nossa sociedade? Como Português, descendente da alma lusitana, choca-me tais actos de injustiça até daqueles que têm por objectivo reparar pelos cidadãos, servindo a lei e o País. Eu sei que não é fácil ser autoridade, mas também sei que muitos que ontem fugiam à autoridade e que nunca usaram um capacete para não desmancharem o penteado estão hoje enfileirando nas hostes das forças de segurança. A minha é esta: mais vale tarde do que nunca para o arrependimento, mas nunca para linchar o parceiro.

Recorde sr. leitor e fique sempre com a certeza que o que ponho no papel é o que me sai do coração, pois p'ra mim um camponês não é diferente de um juiz embora alguns pensem o contrário.

Agradecimento da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Loulé e da Associação das Senhoras da Caridade

A Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Loulé e a Associação das Senhoras da Caridade vem tornar público o seu agradecimento à Vila de Loulé pela forma generosa como correspondeu ao apelo feito a favor da terceira idade. As ofertas de bolos que foram vendidos durante os três dias de Carnaval ultrapassaram, de longe, as expectativas mas ambiciosas em quantidade e qualidade.

Assinalamos em especial as contribuições de pessoas humildes, daquelas que não dão do que lhes sobra mas do que precisam, das Senhoras que se esmeraram a confeccionar verdadeiras especialidades, receitas de família transmitidas de geração em geração (que bem podiam figurar num concurso de alta docaria), daqueles que não tendo mais que dar deram o seu trabalho e, acima de tudo, agradecemos a boa vontade e carinho que encontramos em todos quantos colaboraram.

Para a Câmara Municipal e para a Comissão das Festas do Carnaval vai o nosso profundo reconhecimento pelas facilidades concedidas à última hora, pelas dificuldades prontamente resolvidas e pela incondicional boa vontade que em todas as circunstâncias nos demonstraram.

Tínhamos planeado apresentar a conta das despesas e receitas. Aconteceu porém que as pessoas que fizeram as despesas não quiseram ser reembolsadas e assim podemos apresentar um produto líquido de trinta mil e cinquenta e três escudos e oitenta centavos (30 053\$80).

Bem hajam!

Parabéns a Neves Franco agraciado com Medalha de Mérito Turístico

Foi galardoado com a Medalha de Mérito Turístico, o nosso comprouviciano Neves Franco, elemento representativo da Casa do Algarve, em Lisboa, que se tem distinguido na defesa e propaganda da sua terra de origem.

A condecoração ora tributada, configura o reconhecimento oficial da sua prestimosa acção, com grande incidência no sector turístico algarvio.

Aqui lhe consignamos as nossas mais congratulantes felicitações pela distinção com que foi contemplado.

A árvore sem fruto do I Encontro de «Escritores Algarvios» ou a análise irrealista de Luís Pereira

Há números atrás de «A Voz de Loulé» e em relação a uma crónica sua, em que escrevia sobre o término a sua colaboração neste semanário, e por achar a sua posição, — desculpe o termo — acriançada, elaborei um artigo para publicação. Mas antes da sua entrega soube que afinal o termo de colaboração, não passava de suspense criado à volta do cronista, e que no próximo número o leríamos com novo vigor.

Acabei por não pedir a publicação do referido artigo.

Mas ao ler a sua crónica sobre o «I Encontro de Escritores Algarvios», achei que era chegada a altura de fazer alguns reparos à forma espontaneísta, irreflectida e com certos laivos de idealismo, com que analisa os factos e as pessoas que se lhe depa-ram.

Considero que o escrever ou emitir ideias ou opiniões, são uma forma salutar de desenvolvimento intelectual para a juventude, e que as mesmas sejam incentivadas, mas que sobretudo sejam criticadas em termos construtivos e esclarecedores, de forma a que os iniciados na crítica social não grassem pelos caminhos do bajulamento fácil, do carreirismo ou oportunismo de momento, e não venham a enveredar pela via daqueles a quem dedicam as suas críticas.

Já nas crónicas anteriores denotei que enferma por falta de perspectivas, caindo em muitos casos na crítica fácil e pessoalista. Ora isto é errado, pois por este andar você acabará por baixar à alcovitice estéril, que só agrada aos doentes e complexados, e acaba por servir de trampolim aos incapazes, que utilizam a sua ingenuidade para dar cobertura a desígnios golpistas e oportunistas, tal como é o lema dessa espécie de pessoas.

Mas voltando ao assunto que me levou a escrever estas linhas — a análise sobre o I Encontro de Escritores Algarvios, não vou debruçar-me sobre o que foi esse chamado encontro de escritores, pois pelo que depreendo da sua crónica, esse famigerado encontro não passou de uma festinha mundana, entre escrevinhadores do Algarve, salvo honrosas excepções — João Braz e pouco mais — que tão pomposamente se identificavam, para dar largas à vaidade e exibicionismo próprio de quem por falta de mérito, nada criou digno de simples menção.

Posto isto, torna-se claro que o ambiente propício para tão importante tarefa de promoção tivesse lugar num hotel, com vivas, banquetes e brindes, completamente deslocado dos problemas e realidades do povo algarvio, a quem dizem os doutos senhores pertencer a maioria deles nada escreveu do povo, ou para o povo, e alguns deles, que eu bem conheço, pedem a todos os Santos que façam desaparecer da memória das pessoas, das colunas dos jornais e das gravações magnéticas, os inflamados discursos e as flamejantes cró-

nicas, que antes de Abril de 74 era a sua forma de promoção.

Diz você a certo passo da sua crónica — «para que a escrita se encaixe definitivamente no sentido do progresso e do bem estar social, pon-do de lado as convicções político-religiosas de cada um».

Oh Luís! que raio de progresso e bem estar social é esse? Será que o seu idealismo o faz sonhar com paraísos caídos do céu?

A política é a ciência da vida; tudo aquilo que acontece à nossa volta, seja progresso ou retrocesso, são actos de boa ou má política. Tentar desagregar a política de qualquer acto, e sobretudo da escrita é completamente descabido; será como tirar o cérebro ao corpo humano, e exigir que ele pense.

Fazer a apologia da despolitização da escrita, foi regra do regime fascista, e é hoje a dos falsos progressistas, como forma de fazerem impingir de verdadeiro tudo aquilo que afirmam, e de falso tudo o que se lhes oponha; e sobretudo como forma de amordaçar o povo, obrigando

(continua na pág. 3)

Assim vai Quarteira!

TOME NOTA SR. PRESIDENTE!

Sempre pensámos que uma das principais razões de certo desleixo verificado nesta Quarteira, poderia ser atribuído ao pouco dinamismo dos anteriores Presidentes da Junta de Freguesia. Tal atitude no entanto, não poderá ser aceite como hereditária.

Isto por várias razões. A primeira é que Quarteira de hoje de maneira alguma, é o que foi nas décadas de trinta a sessenta. A segunda, é que o crescimento desta terra, exige dos seus responsáveis (que é neste caso a Junta de Freguesia) uma mais oportuna colaboração. E a terceira, é que o poder local não pode ser entendido como farsa.

Mas, para além de tudo isto sr. Presidente, está o futuro desta sua e nossa Quarteira, um futuro de tão fácil previsão, que nem exige o dom de profeta, ou o privilégio de reformista. Exige-se, isso sim que os pequenos defeitos, mas velhas necessidades, sejam quanto antes eliminados.

Já aqui se disse que nas entradas desta povoação devem existir placas com o nome de Quarteira, isto além de uma obrigação que desde há muito se impõe e que representa uma falta de consideração para com os forasteiros que fazem o especial favor de nos visitar. Mas poderá também ser entendido como falta de visão e pouco dinamismo ou desleixo da parte de uma Junta de Freguesia.

Por falta de sinais de stop, esta terra é fértil em rateiras para os condutores, como seja no cruzamento conhecido por «Rosa Côca», Constantino, Rua de S. João, rua do Farol e tantos outros. Ainda há poucos dias, no primeiro daqueles cruzamentos, houve um acidente que mandou para o Hospital um jovem, ficando o seu futuro em perigo e sem dúvida que o Tribunal vai sentir dificuldades para deliberar.

Junto à Escola, frequentada por cerca de 700 crianças, impunha-se de há muito os respectivos sinais. Finalmente há perto de dois meses eles surgiram. Hoje, que gostaríamos de nos congratularmos pela concretização desta necessidade, somos forçados a trazer o assunto à baila. Porque? Porque a poucos metros de um desses sinais assinalando muito justamente a Escola, foi colocado outro sinal, fixando a velocidade máxima de 60 kms. h. Francamente, uma resolução destas só poderá ter sido tomada por analfabetos de vista curta, que nada percebem do Cód-

go da Estrada, e sem o mínimo respeito por condutores ou crianças.

Logo, temos de admitir que o sinal de Escola, elimina todas as velocidades, indo os condutores ao ponto de ter de parar, se acharem que os 4 ou 5 do andamento do veículo que conduzem, pode pôr em perigo a vida das crianças. Mas, se nos lembrarmos que os automobilistas ao entrar nesta terra, depaíram com outras chapas que permitem apenas 40 kms. h dentro desta povoação, mais uma vez teremos de nos lembrar, que a malfadada chapa está a mais.

O que dizer a isto sr. Presidente? Neste e noutros casos da sua jurisdição, temos de ser justos, mas com dureza, porque os nove meses que lhe demos como compasso de espera já terminaram e a sua freguesia exige mais de si.

MIRÁCULO

Aos nossos assinantes

Estamos em fins de Janeiro de 1978 e apesar disso ainda por cobrar bastantes recibos do nosso jornal referente ao ano de 1977.

Em muitos casos por nossa culpa, devido à falta de vagar (o momento não é nada aconselhável para aumentar o quadro do pessoal) para pôr os recibos à cobrança.

Aliás este atraso deveu-se também um pouco à circunstância de termos atrasado a fixação dos novos preços de assinatura, os quais estiveram pendentes das decisões do Governo em fixar os portes de correio.

Esta nota serve portanto para pedir aos nossos assinantes que não pagaram ainda a totalidade da assinatura de 1977 a fineza de procederem à respectiva liquidação ou, pelo menos, não permitir a devolução do recibo quando for apresentado.

Resta acrescentar que, por enquanto, não temos qualquer intenção de aumentar os preços da assinatura em relação a 1977, e que são os seguintes:

6 meses	130\$00
12 meses	260\$00
6 meses (estrangeiro)	230\$00
12 meses (estrangeiro)	450\$00
6 meses (est.) avião	320\$00
12 meses (est.) avião	600\$00

Henrique Alcenha não está implicado na destruição do carro do sub-chefe da PSP local nem tem ligações com marginais

Na nossa edição de 9 de Fevereiro, numa local nele inserta, intitulada «já se conhecem os inculcados da destruição do carro do Sub-Chefe da PSP local», demos conhecimento de quem estava implicado na ocorrência, com base em informes colhidos.

A certo passo dessa notícia escrevemos: «segundo as declarações prestadas a granada foi fornecida pelo próprio pintor que um mês antes tinha pintado o carro, Henrique Alcenha (cigano)».

E a terminar: «Os indivíduos citados são todos de Loulé e, segundo a nossa fonte informativa, faziam parte de uma quadrilha de gatunos».

Ora, no tocante a Henrique Alcenha, nada prova nem confirma pertencer a qualquer agrupamento marginal.

Só portanto, acidentalmente, o seu nome aparece na notícia, cujo final se reporta aos inculcados executores da destruição do carro.

Como não foi feita a devida ressalva como competia, em relação a Henrique Alcenha, e verificando-se, portanto, posteriormente imprecisões

que carecem de pronto e cabal destrinça e desmentido, aqui damos referência da truncagem involuntariamente havida no sentido de repôr a verdade dos factos.

Henrique Alcenha, segundo apuramos, está com efeito ilibado de quaisquer complicitades e ligações menos abonatórias.

A única circunstância que o envolveu na ocorrência, foi a de que é acusado de ter sido apenas momentâneo depositário da granada utilizada por outrem (já nomeados) na explosão.

Quer isto dizer, em última análise, que Henrique Alcenha, chefe de família, patrão e operário, no seu caso particular, não está comprometido nem vinculado a qualquer «complot» de gatunos, nem tão-pouco tem ligação com o acto destrutivo do carro do sub-chefe da Polícia local.

Porque a veracidade dos factos, tem de ser a todo o transe acatada sem excepções, entendemos por justiça deixar aqui consignado e expresso este esclarecimento abonatório, a que Henrique Alcenha — assim o reconhecemos — tem legítimo direito.